

Doutrina

COMENTÁRIOS À EMENDA CONSTITUCIONAL 8, DE 15 DE AGOSTO DE 1995

Maria Garcia

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

José Luiz Ragazzi e Renato Tavares da Silva

A IDENTIDADE DAS MINORIAS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CONSTITUCIONAL NO BRASIL

Jorge Abikair Neto

ANÁLISE DAS DECISÕES DO STF EM MATÉRIA PENAL

Eduardo Ribeiro Moreira, Vivian Doimo Marques de Souza, Thaina Pereira de Almeida, Thiago França Vianna, Paulo Vitor Gouvea Soares e Adriana Figueira Alves

A ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA E O PRINCÍPIO DA BUSCA DO PLENO EMPREGO

Otacílio dos Santos Silveira Neto

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL E SUAS DIMENSÕES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS

Sérgio Massaru Takoi

DIREITO À CONCESSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE ÀS MÃES INDÍGENAS MENORES DE IDADE

Eduardo Cambi e Fabio Alessandro Fressato Lessnau

O DIREITO INTERNACIONAL NA ANTIGUIDADE

João Paulo de Almeida Lenardon e Caíque Tomaz Leite da Silva

PEC 37 (DO SEU INÍCIO AO SEU FIM)

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson

A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A ABORDAGEM SENIANA DAS CAPACIDADES

Julio Pinheiro Faro

EXPANSÃO DO JUDICIÁRIO E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Alencar Frederico Margraf

A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE

Gilberto Schäfer, Roger Raupp Rios e Aline Araújo Curtinaz da Silva

A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE

Gilberto Schäfer, Roger Raupp Rios e Aline Araújo Curtinaz da Silva

ANÁLISE DA DECISÃO "BG GROUP PLC VS. REPÚBLICA ARGENTINA" PROFERIDA PELA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS

Valerio de Oliveira Mazzuoli e Diego Luis Alonso Massa

O POTENCIAL INTEGRADOR DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS OU COMO (RE)PENSAR O MITO DA "AUTOINTEGRAÇÃO" DO DIREITO

Nelson Camatta Moreira e Lara Santos Zangerolame Taroco

REGIMES COMPLEXOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Natália de Almeida Moreno

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

[SAÚDE PÚBLICA - Paciente portadora de doença grave - Fornecimento gratuito de meios indispensáveis ao tratamento médico de pessoas carentes - Admissibilidade - Obrigação que é solidária entre os entes federados - Preservação da integridade dos direitos essenciais à vida e à saúde, ademais, que é dever constitucional do Estado - Inteligência dos arts. 5.º, caput, e 196 da CF/1988.](#)

Supremo Tribunal Federal

[SENTENÇA - Julgamento extra petita - Ocorrência - Ação civil pública - Ministério Público que requer a criação, implantação e estruturação da Defensoria Pública em determinada comarca - Decisum que determina seja a instituição implantada em todo o Estado - Excedente dos limites materiais delineados no pedido inicial que se evidencia.](#)
